


**PONTENCIALIDADE DOS SABERES SULBATERNIZADOS PARA UMA
PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA ANTIRRACISTA, INTERCULTURAL E
INOVADORA**

**POTENTIALITY OF SULBATERNIZED KNOWLEDGE FOR AN ANTI-RACIST,
INTERCULTURAL AND INNOVATIVE UNIVERSITY PEDAGOGY**

**POTENCIALIDAD DEL CONOCIMIENTO SULBATERNIZADO PARA UNA
PEDAGOGÍA UNIVERSITARIA ANTIRRACISTA, INTERCULTURAL E
INNOVADORA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-107>

Data de submissão: 10/05/2025

Data de publicação: 10/06/2025

Adriana Campani

Doutora em Educação. Universidade Estadual Vale do Acaraú.

E-mail: adriana_campani@uvanet.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4524-7694>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4836683202394556>

Danilo Barroso Celedonio

Doutor em Educação. Universidade Estadual Vale do Acaraú.

E-mail: daniлоcele@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2249-1894>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5646652478542912>.

Vinícius Chaves Almeida

Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; EEMTI Prudêncio de Pinho/SEDUC/CE

E-mail: viniciuschavesprof@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2053-1437>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3881209657287132>

Aldelite Guimarães de Menezes

E-mail: aldelitemenezes@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4673429104431943>

RESUMO

O presente texto objetiva problematizar a construção de uma pedagogia universitária antirracista na perspectiva da interculturalidade e da inovação pedagógica, a partir da análise sobre a potencialidade dos saberes expressos nas narrativas do coletivo Negros e Negras da UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú). As narrativas de re-existências do coletivo Negros e Negras da UVA evidenciam a luta pelo reconhecimento das sabedorias culturais e ancestrais nos currículos acadêmicos nas práticas pedagógicas dos professores e na produção do conhecimento, bem como a reivindicação da formação continuada dos docentes para que desenvolvam práticas de diálogos dentro e fora da sala de aula sobre Educação Antirracista, visando desmistificar padrões que marginalizam a população negra, não alimentar discursos racistas e romper com o racismo estrutural dentro das instituições de ensino. Essas narrativas são analisadas como racionalidades pedagógicas emergentes no contexto universitário, as

quais disputam a hegemonia do pensamento cartesiano que prescreve a ciência positivista instrumental como o modo de conhecer e lidar com o conhecimento. Em um olhar mais atento, a emergência dessas “outras racionalidades pedagógicas”, ao serem evidenciadas e reconhecidas no processo pedagógico, tensiona rupturas e fortalece a universidade antirracista.

Palavras-chave: Interculturalidade. Inovação Pedagógica. Universidade antirracista.

ABSTRACT

This text aims to problematize the construction of an anti-racist university pedagogy from the perspective of interculturality and pedagogical innovation, based on an analysis of the potential of the knowledge expressed in the narratives of the Negros e Negras collective at UVA (Vale do Acaraú State University). The re-existence narratives of the Negros e Negras collective at UVA show the struggle for the recognition of cultural and ancestral knowledge in academic curricula, in teachers' pedagogical practices and in the production of knowledge, as well as the demand for continuing training for teachers so that they can develop dialogue practices inside and outside the classroom on Anti-Racist Education, with the aim of demystifying patterns that marginalize the black population, not feeding racist discourses and breaking with structural racism within educational institutions. These narratives are analyzed as emerging pedagogical rationalities in the university context, which dispute the hegemony of Cartesian thinking that prescribes instrumental positivist science as the way of knowing and dealing with knowledge. With a closer look, the emergence of these “other pedagogical rationalities”, when they are highlighted and recognized in the pedagogical process, tensions ruptures and strengthens the anti-racist university.

Keywords: Interculturality. Pedagogical innovation. Anti-racist university.

RESUMEN

Este texto pretende problematizar la construcción de una pedagogía universitaria antirracista desde la perspectiva de la interculturalidad y de la innovación pedagógica, a partir del análisis del potencial de los saberes expresados en las narrativas del colectivo Negros e Negras de la UVA (Universidad Estatal Vale do Acaraú). Las narrativas de re-existencia del colectivo Negros e Negras en la UVA muestran la lucha por el reconocimiento de los saberes culturales y ancestrales en los currículos académicos, en las prácticas pedagógicas de los profesores y en la producción de conocimiento, así como la demanda de formación continua de los profesores para que puedan desarrollar prácticas de diálogo dentro y fuera del aula sobre Educación Antirracista, con el objetivo de desmitificar patrones que marginan a la población negra, no alimentar discursos racistas y romper con el racismo estructural dentro de las instituciones educativas. Estas narrativas son analizadas como racionalidades pedagógicas emergentes en el contexto universitario, que disputan la hegemonía del pensamiento cartesiano que prescribe la ciencia positivista instrumental como forma de conocer y tratar el conocimiento. Con una mirada más atenta, la emergencia de estas «otras racionalidades pedagógicas», cuando son destacadas y reconocidas en el proceso pedagógico, tensiona, rompe y fortalece la universidad antirracista.

Palabras clave: Interculturalidad. Innovación pedagógica. Universidad antirracista.

1 INTRODUÇÃO

Em “As Consequências da Modernidade”, Anthony Giddens (1991) já anuncia que o mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939-45) passou cada vez mais a vivenciar fenômenos globais alongados. Isso significa que aquilo que se formula desde o centro do capitalismo acaba por penetrar em culturas locais, e, longe de isso se desdobrar como algo meramente colonizador e uma espécie de fábrica de cópias do centro, mostra-se como um instrumento de interligação cultural e um excelente momento de observação de culturas locais ao contato (não apenas forçadas) com os instrumentos da dita modernidade globalizada.

Por seu turno, Mariza Peirano (2002, p. 18), pensando junto a Lévi-Strauss, trata de como essa “aldeia mestiça” que a colonização europeia acabou por desenvolver não pode ser vista apenas pelas suas padronizações institucionais pretendidas, até porque, com efeito, esse projeto é fracassado. Os “desvios” diferenciais que a antropologia buscou nas sociedades, antes nomeadas como “primitivas”, podem ser vistos inclusive (ou principalmente) nas ex-colônias, que apropriam e ressignificam valores e instituições advindas do centro do capitalismo.

Se há, inegavelmente, um debate na Ciência mais clássica sobre a “bricolagem” cultural (LEVI-STRAUSS, 1976), ou seja, a utilização de instrumentos inter-culturais para a produção sintética de significados, este trabalho está fundamentado teórica e metodologicamente na perspectiva da “artesanaria do conhecimento produzido pela ecologia de saberes” de Boaventura Santos (2007; 2019). Nessa perspectiva, o conhecimento é visto como interconhecimento, e os saberes que nascem nas lutas de existências e re-existências das pessoas e dos coletivos, apesar de não nascerem para lutar contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, são úteis a essa luta.

Para uma ecologia de saberes, o conhecimento é a intervenção no real, e não a representação do real, pois “sustenta práticas e constitui sujeitos [...] é testemunhal porque aquilo que conhece sobre o real (sua dimensão ativa) é sempre duplicado por aquilo que dá a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (sua dimensão subjetiva)” (SANTOS, 2007, p. 88). Nesse sentido, o conhecimento produzido na pesquisa não é sobre os coletivos, mas produzido com eles, em narrativas construídas e expressas em produções audiovisuais. Os saberes expressos nas narrativas dos coletivos evidenciam conteúdos e formas de inclusão e exclusão na cultura acadêmica.

O presente texto objetiva analisar, para a construção de uma pedagogia universitária antirracista na perspectiva da interculturalidade e da inovação pedagógica, a potencialidade dos saberes expressos nas narrativas do coletivo *Negros e Negras da UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú)*. Pode-se elencar como algumas contribuições das narrativas de re-existências do coletivo *Negros e Negras da UVA*: (i) a luta pelo reconhecimento das sabedorias culturais e ancestrais nos

currículos acadêmicos nas práticas pedagógicas dos professores e na produção do conhecimento; (ii) a reivindicação da formação continuada dos docentes para que desenvolvam práticas de diálogos dentro e fora da sala de aula sobre Educação Antirracista, visando desmistificar padrões que marginalizam a população negra; (iii) não alimentar discursos racistas; (iv) e romper com o racismo estrutural dentro das instituições de ensino.

As experiências de pesquisa e extensão que realizamos no período de 2022 a 2024 com o projeto de pesquisa “Musealização virtual das formas de expressão e inclusão dos coletivos na cultura acadêmica e sua contribuição para uma pedagogia universitária includente, intercultural e inovadora”, nos permitiram interagir com 03 (três) coletivos existentes na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), localizada no interior do Ceará/Brasil: Coletivo Negros e Negras da UVA, Coletivo Cuiamba de alunos/as da licenciatura intercultural indígena Tremembé e um coletivo não organizado da comunidade LGBTQIA+ de alunos da UVA.

A partir das narrativas de re-existências dos sujeitos dos coletivos, a pesquisa evidenciou os processos colonizadores produzidos pela cultura institucional universitária, contribuiu com a visibilidade das formas de existências desses coletivos e pautou suas reivindicações de inclusão na universidade. Entendemos que visibilizar os saberes produzidos pelas lutas de inclusão na universidade potencializa a interculturalidade na cultura acadêmica e fortalece uma pedagogia universitária inovadora.

Outra contribuição metodológica deste artigo, em diálogo com os referenciais teóricos acima discutidos, é uma narrativa que fuja do clássico do academicismo formal reinante, pois esse modelo vigente e hegemônico se mostra insuficiente para expressar as vivências do grupo de pesquisa, extensão e vivência: mostrar-se-ão, não sem diálogo teórico, reflexões e aprendizados subjetivos, não “resultados” como procura reger a academia mais ao centro do sistema.

2 PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA INCLUDENTE, INTERCULTURAL E INOVADORA

As racionalidades pedagógicas no contexto universitário ainda disputam a hegemonia do pensamento cartesiano que prescreve a ciência positivista instrumental como o modo de conhecer e lidar com o conhecimento. No entanto, em um olhar mais atento, podemos encontrar a emergência de outras racionalidades pedagógicas tensionando rupturas com essa hegemonia e lutando por uma universidade diferenciada.

Essas racionalidades pedagógicas “outras”, ainda invisibilizadas, pertencem aos movimentos e coletivos (sociais, culturais, artísticos, comunitários, cognitivos, religiosos...) inseridos na universidade. Elas se impõem por suas diferentes formas de pensar, conhecer, ler o mundo, existir,

coexistir e re-existir. Elas estão ali, com suas diferentes temporalidades, circulando no tempo e no espaço institucional, disputando lugar e reconhecimento. A visibilidade e o reconhecimento dessas racionalidades “outras” demandam a construção de pedagogias inovadoras capazes de nutrir as suas coexistências, numa caminhada coletiva, aberta à diferença e fechada à exclusão.

Entendemos a inovação pedagógica como processos educativos radicalmente includentes que questionam os poderes e saberes estabelecidos e desconstruem tudo que exclui: a hegemonia capitalista, o racismo e o patriarcado estrutural, a colonialidade do poder, do ser, do saber, do viver (MALDONADO-TORRES, 2007). Ao reconhecer os movimentos que emergem nas pluriversalidades de re-existências, tensiona rompimentos epistemológicos e potencializa formas diferenciadas de conhecimento e de saberes. Assim sendo, contribui com a democratização da universidade, não pela ampliação do acesso a ela, mas pelo reconhecimento das diferentes formas de conhecer e existir dos seus sujeitos.

A pesquisa que gerou este artigo foi realizada por uma pluralidade de atores (professores, alunos de graduação, mestrandos, doutorandos e pesquisadores), a qual, inicialmente, desejou fazer uma universidade melhor porque acredita que o seu papel social é contribuir para a construção de um mundo melhor. Destarte, este artigo, como um de seus produtos, aparece como uma série de análises desenvolvidas ao longo das conquistas vivenciadas na trajetória do projeto, ou seja, longe de “resultados” formalmente estabelecidos, assemelha-se como um libelo à inovação pedagógica universitária.

Compreendemos que esse querer toma corpo na nossa capacidade de re-existência acadêmica e que re-existir na universidade é a saída radical da rota do uso exclusivo do conhecimento para o desenvolvimento econômico capitalista. Optamos, pois, num sentido contrário, por uma construção de rotas em que o uso do conhecimento sempre priorizará a vida em sua plenitude numa perspectiva ecológica e intercultural fundamentada em racionalidades e narrativas “outras”. Re-existir na universidade é uma transformação epistêmica que objetiva compreender o mundo a partir de suas interioridades, respeitando a alteridade de outras culturas presentes em seu entorno. É uma posição política se abrindo para diferentes e diversas formas de conhecer e se autoconhecer.

A re-existência na universidade se constrói num movimento caleidoscópico que aglutina diferentes formas que cada matiz cultural se desenha e se conecta enquanto subalternos-intelectuais-ativistas. Re-existir na universidade é a denúncia permanente da trajetória histórica e a realidade opressora em que se construiu e, ainda, vêm se construindo os poderes epistêmicos de colonização científica alicerçados nos pensamentos e valores europeus e norte-americanos.

É necessário conectar pensamento, epistemologias, forçar o intercâmbio do ser e do saber de forma não hierarquizada, respeitando e dando lugar às diferenças. Devemos nos ver como latino-americanos que têm uma consciência mestiça e como produtores de um conhecimento híbrido que exige ser reconhecido por sua alteridade.

Re-existir na universidade requer processos permanentes de inovação pedagógica. Consiste, então, em movimentos de racionalidades pedagógicas necessários para encontrar o “outro”. São movimentos que desafiam o reinventar-se na relação “com” o outro e não “para” o outro. Reinventar-se “com” o outro significa reconhecer tudo que vem com ele, seus valores, suas formas de ver e ser no mundo, seus estilos de raciocínio, suas racionalidades.

Já reinventar-se “para” o outro significa condicioná-lo aos regimes de verdade estabelecidos sobre ele, ao que se espera dele para reconhecê-lo. Os regimes de verdade da ciência operam as formas como escolhemos para nos relacionar com o nós e com o outro. A ciência produz modos de pensar sobre as pessoas, criando tipos de pessoas, ditando regras de como elas devem agir e de como se deve agir sobre elas e com elas.

Portanto, ao mesmo tempo que a ciência racializa, também é racializada; ao mesmo tempo que ela discrimina, também é discriminada por quem não a compreende; ao mesmo tempo que ela contribui com a desigualdade social, por se voltar apenas para o desenvolvimento econômico capitalista, fica refém dos interesses de quem concentra riqueza.

A re-existência na universidade significa reivindicar das comunidades de pesquisa o compromisso social com a pluralidade cultural e suas diferenças, pois nela residem as referências para não alimentar a desigualdade. Para isso, é necessário que a cultura acadêmica se reconheça nessa multiplicidade que se configura como um processo arenoso de disputa de subjetividades na produção do conhecimento.

No lugar de policiar fronteiras epistemológicas, a cultura acadêmica deve se empenhar em se recriar constantemente para que essas fronteiras se enfraqueçam, dando lugar a novas racionalidades epistemológicas e formas inventivas e reinventivas de conhecer com o outro. A inovação pedagógica, nesse sentido, é o reinventar-se na experiência de si com o outro para o fortalecimento das re-existências. A inovação pedagógica na perspectiva decolonial é sempre uma desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008).

Uma pedagogia universitária inovadora necessita de uma desobediência epistêmica porque provoca reflexões epistemológicas nos currículos universitários, evidencia saberes subjugados pela ciência, desafia a docência a construir caminhos menos excludentes nos processos formativos, incita

os gestores a subverterem as políticas educacionais excludentes, provoca protagonismo na aprendizagem a partir dos saberes emergentes das culturas subalternizadas.

Sendo a universidade o palco de re-existência, a pedagogia universitária inovadora é forte aliada no fortalecimento de uma educação social autônoma, pública, democrática e incluyente. Nesse sentido, propomo-nos a conhecer os saberes das culturas subalternizadas na universidade a partir das suas narrativas de re-existências e como elas lutam por inclusão, desafiam a interculturalidade e nutrem a inovação na pedagogia universitária.

A interculturalidade crítica articula processos que afirmam a igualdade e a diferença, com intencionalidade de justiça social, cognitiva, cultural e econômica. Ela considera a diferença como riqueza para promover processos sistemáticos de diálogos entre diferentes grupos socioculturais. A interculturalidade crítica coloca em questão as relações de poder que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros (WALSH, 2002), portanto o que deve ser superado não é a diferença, mas as desigualdades.

Educação intercultural corresponde a processos que valorizam as diferenças, que promovem o diálogo, a construção de justiça, a articulação da igualdade e da diferença na construção de uma democracia em que diferentes sujeitos e os diferentes saberes sejam reconhecidos. A pobreza tem raça, gênero, sexualidade, ela afeta mais alguns grupos identitários do que outros, então não podemos desarticular as questões sociais das questões culturais, bem como das epistemológicas. Nesse sentido que a justiça cognitiva (SANTOS, 2019) é fundamental, a justiça também tem uma dimensão epistemológica e cognitiva – fundamental para os processos de educação intercultural.

Ao reconhecer os movimentos que emergem, nas pluriversalidades de re-existências, tensiona rompimentos epistemológicos e potencializa formas diferenciadas de conhecer e de saberes. Assim sendo, contribui com a democratização da universidade, não pela ampliação do acesso a ela, mas pelo reconhecimento das diferentes formas de conhecer e existir dos seus sujeitos.

Entendemos a inovação pedagógica como processos educativos radicalmente incluyentes que questionam os poderes e saberes estabelecidos e desconstroem tudo que exclui: a hegemonia capitalista, o racismo e patriarcado estrutural, e a colonialidade do poder, do ser, do saber, do viver.

3 PRODUZINDO RACIONALIDADES ANTIRRACISTAS NA ARTESANIA DOS SABERES SUBALTERNIZADOS

Nossa fundamentação metodológica ocorre por meio da investigação-ação-participação (FALS BORDA, 1986) e da Ecologia de Saberes e Práticas Artesanais (SANTOS, 2019). Compreendemos que essa perspectiva metodológica nos ensina a uma escuta ativa, sensível, bem como dialogar de

forma horizontal com os coletivos universitários. Faz parte da metodologia da pesquisa produzir material audiovisual com os coletivos; nesse sentido, eles são coautores da produção, para que, na construção de narrativas autorais, esses e os pesquisadores/universidade possam desenvolver uma consciência coletiva e uma práxis transformadora da cultura acadêmica colonial subsidiada por teorias eurocêtricas, tendo a ciência moderna como paradigma normativo.

O termo cunhado por Boaventura Sousa Santos (2019), Artesania das práticas, é usado para designar os saberes que podem ser detectados por meio da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. O ausente invisibilizado, excluído, colonizado e visto como sub-humano torna-se urgente a assumir uma postura política de transformação social como alternativa ao paradigma epistêmico eurocêntrico moderno. A Ecologia de Saberes traz a ideia de que cada saber existe apenas em meio a outros saberes, e nenhum se basta, por isso é incompleto e precisa alimentar-se do conhecimento de outros. Nesse sentido, optamos por um caminho metodológico que promova visibilidade dos saberes subalternizados pelo saber científico na cultura acadêmica.

Esse caminho vem se desenhando com o coletivo que iremos abordar neste artigo. O coletivo Negro do Levante popular da Juventude é formado por pessoas negras e não negras que se identificam e abraçam a causa da negritude, elas estão empenhadas em combater o racismo e as desigualdades sociais. Fazem parte desse coletivo, universitários e outras pessoas que não têm acesso ao espaço acadêmico, porém esses atores sociais se organizam em torno de insatisfações comuns, como a falta de democracia e a exigência do cumprimento dos Direitos Humanos.

Dibbern (2019) traz em seus estudos o debate acerca do compromisso social da universidade pública como potencializadora de uma cultura em Direitos Humanos. Para a autora, esta deve ser usada como ferramenta para que “seja transmitida de forma a alcançar uma transformação social local, integrando valores e noções relativas à cultura da paz, da tolerância e do respeito e valorização das diferenças” (DIBBERN, 2019, p. 21).

Uma educação pautada em democracia e direitos humanos contribui para o combate aos estigmas sociais provenientes do preconceito e discriminação, e permite o resgate de identidades culturais marginalizadas. Por isso se faz urgente nos dias de hoje, visto que muitos direitos adquiridos por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos e das Constituições, incluindo a brasileira de 1988, estão sendo descumpridos por atitudes neonazistas e neofascistas que pregam o ódio, o individualismo e a extinção de tudo o que não se encaixa em um padrão imposto pela sociedade capitalista, conservadora e elitista.

O ponto de partida inicial para encontrar esses universitários, sujeitos atuantes na luta contra o racismo estrutural e institucional, foi recorrer às redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) e depois

posterior contato. Ao conseguir contactar um desses alunos nos foi permitido achar outros por meio de indicação, uma técnica conhecida como *snowball sampling* (Bola de Neve) (PEREZ, 2017). Nos primeiros contatos, foi necessário apresentar o projeto e a proposta de criação do documentário de forma individual, rápida, simples e informal, sem uso de termos acadêmicos para que os convidados sentissem o espírito decolonizador do trabalho que estávamos dispostos a criar juntos com eles, visto que, se usássemos outra linguagem, mais formalizada, estaríamos arriscando cair em oposição e nos contradizer a proposta de criação de narrativas e espaço de falas reais e condizentes à luta e aos territórios ocupados por esses alunos. As conversas informais inspiradas no método das entrevistas episódicas são apontadas por Flick (2002) como surgidas no contexto dos estudos relativos à representação social. Sua finalidade não é extrair dados, mas guiar os trabalhos orientando na construção de narrativas.

Após criar uma relação de confiança, os contatos de telefone iam sendo compartilhados e criamos um grupo de *Whatsapp* de nomenclatura “Vamos construir”, para que houvesse uma melhor comunicação, isso se deu de forma consensual entre os participantes, inicialmente quatro, mais tarde o convite foi sendo estendido a outros alunos, à medida que iam sendo identificados e indicados por colegas.

A partir daí foi possível estabelecer um diálogo mais efetivo por meio de mensagens de texto e áudio, essa ferramenta permitiu marcação de reuniões coletivas via outro aplicativo, o *Meet*, no qual podia-se explicar mais detalhadamente do que se tratava o documentário. Todos os participantes acadêmicos contactados demonstraram interesse e entusiasmo comprometendo-se a construir uma nova forma de produzir e divulgar conhecimento.

Pensar e criar de forma colaborativa a produção de um roteiro audiovisual (passo a passo) exigiu escuta e alinhamento de ideias e pensamentos, surgindo mais uma desconstrução, a da competição sobre o conhecer. Falar menos, ouvir mais, se pôr no lugar de quem vive a realidade da luta negra, sair do individualismo, se transpor para outros corpos, sentir as entranhas alheias, suas dores, esperanças, conquistas, tudo isso nos permitiu entender a palavra coletividade, comunhão, partilha, seja de coisas boas ou ruins, trazendo um novo sentido para a pesquisa.

No processo de diálogo, alguns pontos foram ressaltados pelos participantes, como a importância da lei de cotas, acesso e permanência do aluno negro nas universidades, a questão do racismo e do preconceito dentro do espaço acadêmico e outras pautas. As falas subsidiaram a ideia para que chegássemos a um ponto-chave, e, em comunhão, todos acharam relevante tomar como ponto de partida a “Semana de Negros e Negras da UVA”, evento já consolidado no calendário acadêmico desde 2018.

Os encontros de Negros e negras da UVA são eventos de extensão acadêmica que vêm sendo realizados desde 2018 (I encontro), 2019 (II encontro) e 2021 (III encontro), as duas primeiras edições de forma presencial e a última de forma híbrida devido à pandemia da COVID 19, a qual impossibilitou o evento em 2020. Tendo definido o eixo central, seguimos analisando as programações (tema das mesas de debate, convidados, responsáveis pelas articulações dos eventos, apresentações artísticas...) e se observou que tudo o que estava sendo colocado nas falas desses alunos, durante o diálogo estabelecido com eles, se entrelaça a diversos marcadores sociais, como gênero, raça, religião perpassando a temática da Negritude. Essas interseccionalidades estão presentes de forma bem explícita nos coletivos e movimentos sociais.

A interseccionalidade é um cruzamento de identidades das minorias que sofrem opressão, dominação e discriminação, o qual é interceptado por mais de um marcador social. Carla Akotirene, escritora negra, diz ser a interseccionalidade aquela que:

visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2018, p. 14)

Conforme o roteiro que estava sendo pensado, foi necessário usar de outros instrumentos, como a criação de formulários abertos à resposta, os quais possibilitassem os participantes deixarem sugestões; uma pasta colaborativa no Drive, à qual todos tinham acesso pelo grupo de *Whatsapp* para que fosse sendo alimentada com memórias, fotos, cards dos eventos, áudios, documentos, tudo que fosse relevante e possível criar um resgate de informações e memórias sobre o Movimento Negro dentro da universidade.

A pré-estrutura foi pensada e articulada da seguinte forma: I Ponto (inicial/introdutório) resgatar as memórias do movimento negro – ações e acontecimentos – que possibilitaram a construção e realização do evento e de sua manutenção em fluxo no calendário acadêmico da universidade, essas memórias seriam registradas por meio de uma série de relatos das pessoas que fizeram parte desse percurso: os alunos, professores, funcionários e grupos aliados. II Ponto (Desenvolvimento) fazer um paralelo, resgate de imagens, de vídeos, de áudios, documentos, textos, tudo que fosse possível das duas primeiras edições que aconteceram de modo presencial e um levantamento da terceira edição que foi híbrida, expondo todos os atravessamentos e desafios das realizações e suas relevâncias. Para encerrar, trazer uma sequência de falas com curtos depoimentos respondendo: Qual universidade (UVA) deseja para o amanhã?

Durante os diálogos mais diretivos sobre os eventos, os participantes deixaram evidente que

nem todos estiveram presentes desde o início dos movimentos e debates da Semana de Negros(as) da UVA, alguns estão desde o início, outros chegaram recentemente ao espaço acadêmico. Os universitários que estão construindo relatam, nas conversas sondadas, que não lembram de alguns detalhes, como: Professores que apoiaram e assinaram o projeto dos eventos, os alunos que se dispuseram a criar a proposta do I e II evento e os que ficaram responsáveis pela divulgação. Isso se deve pelo fato de serem sobrecarregados em suas tarefas cotidianas, pois, além de serem alunos, também são trabalhadores submetidos ao Sistema Capitalista opressor. Esse fato de ter de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, além da responsabilidade e do compromisso pela causa da luta negra fora dos muros da universidade, revela uma questão pessoal de identidade e sobrevivência. Outro ponto relevante e comum apresentado pelas falas são as dificuldades que enfrentaram para adentrar nesse espaço e permanecer devido à cor de pele e à posição socioeconômica que ocupam.

Desse modo, foi importante desenvolver uma compreensão preliminar do estudo e da produção do material que se pretende visibilizar, e para isso foi necessário, durante toda a construção, recorrer a leituras de autores que versam sobre Interseccionalidade, Racismo, Colorismo, Empoderamento, Lugar de Fala, Apropriação Cultural para subsidiar o diálogo com os participantes do coletivo.

Prosseguimos a Construção do documentário analisando os Projetos das Semanas de Negros e Negras da UVA e debatendo com os participantes as suas experiências, sendo que esse lugar de fala e empoderamento revela muito além do que livros acadêmicos e ensino adotados nas práticas docentes.

O lugar de fala não implica apenas a cor de pele ou o território que se habita, esses são alguns fatores relevantes, mas também o conhecimento proveniente das experiências de lutas deve ser colocado em pauta para colaborar com a transformação da sociedade e do *status quo*. Esse lugar de falar permite construir narrativas como tessituras das memórias em que vão se criando o *locus* de conhecimento e saberes provenientes da experiência, possibilitando mudanças, as quais proporcionem maior inserção em espaços, como o acadêmico.

Seguimos realizando reuniões com todos os integrantes, e, em meio às análises e levantamentos, alguns alunos chegaram a citar a importância e a contribuição de professores apoiadores do movimento de luta antirracista e democrático na universidade. Dessa forma, dois professores foram indicados, um do curso de pedagogia e outro do curso de Ciências Sociais. Como uma Educação descentralizada e humanizada se faz com a participação de todos os saberes plurais, achou-se relevante convidar esses professores para contribuir com o seu relato, visto que seus depoimentos enriquecem o documentário e são necessários para que mais professores sejam adeptos à luta por uma Educação diferenciada, incluyente, antirracista e democrática. O convite foi feito via mensagem de texto no *Whatsapp*. No entanto, não obtivemos resposta ao convite.

Sendo assim, faz-se necessário, nessa construção, que os docentes respondam alguns questionamentos por meio de sua imagem gravada. Como não se trata de usar métodos tradicionais de produção científica, ratificamos que os alunos e professores que concordaram fazer parte da construção desse documentário tiveram liberdade para falar o que eles achavam importante com relação à temática abordada. As imagens e áudio do Produto Final foram captados de diversas formas, alguns vídeos caseiros feitos pelos próprios participantes, outros captados de *lives* (encontros-reuniões) feitas em torno da temática e também por meio de uma equipe técnica cinematográfica que foi ao encontro desses estudantes para colher a sua contribuição (fala).

Acordamos com o coletivo a construção do documentário que trouxesse a trajetória do movimento e as seguintes questões: Como se sentem incluídos na universidade? Como querem que seus saberes provenientes das suas experiências de luta sejam reconhecidos nos processos de formação acadêmica? Como a instituição deve agir para não reforçar/alimentar e produzir marcas colonizadoras? Em 2023, concluímos o documentário: *Coletivo negro da UVA: Unidade em meio a diversidade*¹. Nossa análise considerou as narrativas do coletivo no processo de produção do documentário e do *podcast* com um dos integrantes do coletivo. Esse *podcast*, uma ação do Programa de Extensão “Unidiversidade”, mentorado pelo nosso grupo de pesquisa, debateu o tema “Universidade antirracista”².

4 POR UMA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA ANTIRRACISTA NA UVA

Segundo censo populacional de 2010, 50,94% da população brasileira se autodeclararam pretos e pardos³, enquanto, em 2022, a porcentagem avançou para 55,5%⁴.

Dados apresentados pelos pesquisadores do Centro de Estudos, Sociedade, Universidade e Ciência, vinculado à Unifesp – Universidade Federal de São Paulo, demonstram que o número de estudantes negros em universidades federais do Brasil passou de 17% para 49% em 13 anos. Em 2009, eram 135,1 mil estudantes negros, número que subiu para 515,7 mil em 2022 (UNIFESP, 2023). Mesmo com a implementação de políticas de cotas, Lei Federal n.º 12.711/2012, a parcela da população preta e parda que acessa o ensino superior ainda é quase a metade do que a de brancos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE em 2024 revelou que ainda há desigualdades no acesso ao ensino superior entre brancos, pretos e pardos. São 29,5%

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qC8iOFPZXvs>

² Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1COI8zdbOwcAS0yxNf5Lw?si=yFg-LLOkQzSLzMnxmxuG0w>

³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/panorama-nacional/populacao-brasileira>. Acesso em: 10 fev. 2025.

⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 10 fev. 2025.

dos jovens brancos, entre 18 e 24 anos, matriculados na graduação, destes 6,5% já estão formados, comparados a 16,4% de pretos e pardos matriculados com apenas 2,9% formados.

Ao analisar a colonialidade/decolonialidade na construção do currículo do curso de Licenciatura em Geografia da UVA, na perspectiva das Relações Étnico-Raciais e suas implicações na formação de professores para a educação básica, Ferreira (2023) conclui que o racismo na universidade se manifesta desde a formulação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, da elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, do exercício docente até a assimilação e reprodução por parte dos discentes que naturalizam a narrativa ocidentalizada sem questionar o silenciamento sobre temáticas que valorizem as Histórias e culturas dos povos negros.

O racismo estrutural compromete a democracia universitária sendo fundamental a construção de uma universidade antirracista. É preciso reconhecer a existência dos discentes negros e negras na universidade e ampliar o campo do conhecimento, construindo novas estratégias de produção científica, conectando rede de saberes numa perspectiva dialógica e decolonizadora do pensamento, este que, por muito tempo, de forma hegemônica e eurocentrizadora, excluiu e selecionou quem poderia ter acesso ao conhecimento e fazer esse conhecimento válido. Os padrões excludentes e preconceituosos, os quais em nada contribuem para ampliar o acesso à igualdade, equidade e aos direitos, sejam eles quais forem, mas aqui especificamente o de acesso à educação (vagas em cursos superiores), precisam ser debatidos para que temas como a negritude (preconceito racial, cotas) sejam incluídos nos currículos de forma assertiva, tentando, assim, sanar lacunas e prejuízos acometidos, durante décadas, à humanidade.

É fundamental ainda lembrar que os efeitos do racismo estrutural na sociedade brasileira produzem uma teia de violência que afeta jovens, homens e mulheres encarceradas e encarcerados, bem como a vida da população LGBTQI+, quilombola e ribeirinha e das religiões de matriz africana, por exemplo.

A naturalização de ações, hábitos, falas e pensamentos e situações que promovem a discriminação racial formam o que chamamos de racismo estrutural, o qual naturaliza a segregação e o preconceito racial e mantém a população negra em posição de subalternidade. É um processo que atinge diariamente e de forma violenta a população negra, e que podemos evidenciar em números.

Para isso, é necessário que mais negros e negras ocupem cargos de professores nas salas de aula universitárias, nos projetos de pesquisa e nas publicações acadêmicas. Quantos professores negros e negras existem nas universidades brasileiras? Quantos livros e artigos de autores e autoras negros e negras são indicados nos programas das disciplinas? Quantas tecnologias são patenteadas pelos negros e negras?

Segundo Silvio de Almeida (2018), o Racismo permeia toda a sociedade abarcando o eixo social, político e econômico e se mantém reinventando e sendo dissipado pelas instituições com o apoio do Sistema Capitalista. O conceito de Racismo Institucional foi apresentado pela primeira vez nos anos 70 por Kwame Duru e Charles Hamilton, no livro *Black Power*. O Black Power foi um movimento de resistência surgido nos EUA, que enfatizava o orgulho racial e a criação de instituições políticas e culturais para cultivar e promover interesses coletivos negros. O Poder Negro, significado do termo, é carregado de simbolismos. Atuaram como protagonistas desse movimento Angela Davis, as Panteras Negras que lutavam por direito à voz, respeito e reconhecimento de sua singularidade (direitos civis). Na atualidade, a luta pelos direitos da identidade negra permanece como instrumento de resistência e ocupação de espaços negados, como a universidade, por grupos elitistas, brancos e de poder aquisitivo.

O racismo é algo complexo, muito mais do que uma ação individual com motivações pessoais, ele está infiltrado nas instituições, gerando condições deficitárias para boa parte da população. Assim o Racismo Institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. Para Almeida, "as instituições são a materialização das determinações formais na vida social" e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Nesse viés, analisamos a fala do convidado ao ser questionado: Como ele percebe e sente o racismo na universidade? Ele nos coloca que

o racismo está presente de forma tão enraizada e naturalizado, que é perceptível desde a entrada do negro na universidade quando o mesmo coloca os pés na instituição, por que este espaço lhe foi negado por muito tempo, sendo assim um sujeito estranho que acaba sofrendo intimidação feita desde o porteiro até professores nos momentos de apresentações de trabalho, as causas são variadas indo da cor de sua pele estendendo-se as suas vestimentas (turbante), os colegas acadêmicos também fazem parte desse grupo que cometi preconceito por meio de falácias (brincadeiras) racista com relação a cabelo. Daí a necessidade de se debater sobre essa naturalização do racismo como algo que não pode ser visto como normal, pois o mesmo é crime.

Uma outra pauta debatida foi “como construir uma Universidade Antirracista?”. O entrevistado nos responde com uma citação de Angela Davis “Não basta não ser racista é preciso ser antirracista”. Na sua fala, ele coloca que:

é insuficiente atitudes como ser amigo de um negro ou participar de ato em defesa da causa, é preciso adotar postura e atitude que vá de encontro a práticas que combatam o racismo e o preconceito e para tanto devemos estar atentos a nossa forma de falar e agir, é também necessário lutar por políticas de cotas nas universidades, ser vigilante cobrando das

instituições e gestores o cumprimento das leis, se a conta vem mesmo sendo disponibilizada para o público em vestibulares, concursos e assim nesse processo ativo de luta diminuir o fosso da desigualdade.

Uma Universidade Antirracista seria, na visão do convidado, aquela em que a gestão superior (reitoria) teria um olhar mais sensível às políticas estudantis, aberto à escuta das demandas dos alunos, criando juntos com estes o acesso aos espaços dentro dos muros universitários. Já com relação ao chão da sala de aula, o entrevistado diz ser necessário que “os professores dos cursos, sejam eles Licenciatura ou Bacharelados, precisam inserir em suas práticas o diálogo sobre Educação Antirracista (Negritude, Racismo...), quebrando tabus e desmistificando padrões que marginalizam a população negra”.

Sobre “o lugar de fala”, partir do lugar de onde o sujeito se encontra, no caso o aluno negro, dentro da Universidade Estadual Vale do Acaraú, mostra-se bastante significativo, visto que o olhar e o sentir a universidade são singulares, pois cada experiência traz em si algo peculiar. No caso do convidado, trata-se de um ativista do Movimento Negro com trajetória bem atuante nos movimentos sociais acadêmicos e para além desse espaço em defesa da Educação e dos direitos das pessoas negras. Em sua concepção de aluno, ele relata que viu a necessidade de atuar como discente para além da sala de aula, tomando para si conhecimentos além da teoria, aplicando-os na prática e construindo, assim, o seu processo formativo e político.

Segundo Djamila Ribeiro, em seu livro *O que é lugar de fala* (2017), a autora discute esse termo dando ênfase ao lugar social ocupado pelos sujeitos numa matriz de dominação e opressão, dentro das relações de poder, assim o lugar de fala confere visibilidade e voz aos sujeitos silenciados. Portanto, a autora defende a necessidade de se ouvir as diversas vozes nas análises do discurso e a importância de se atentar a quem enuncia, pois o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas (RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, as interpretações sobre a realidade se mostram diferentes a depender do lugar que se ocupa na estrutura social e não é diferente na universidade, pois um aluno negro, pobre, que sempre precisou estudar e trabalhar ao mesmo tempo, terá muito mais dificuldade de ocupar o espaço (vaga) do que um aluno branco que sempre estudou em escola particular e nunca precisou trabalhar, dedicando-se exclusivamente aos estudos. Sujeitos, experiência, interpretações diferentes, de fato, o lugar de fala não se mostra igual e é assim que os espaços acadêmicos precisam enxergar e compreender o seu público para poder abrir espaço para a legitimação de novas produções.

Nesse caminhar, o Movimento Estudantil se destaca levantando pautas, reivindicando e dando voz aos alunos negros, seja nas mobilizações (atos) como também por meio de encontros realizados

pelos Centros Acadêmicos (Eventos, seminários, simpósios). Destaca-se aqui o Evento de Negro e Negras da UVA, sobre o qual o convidado relata ser um momento para além do fazer acadêmico envolvendo a comunidade em torno da universidade, artistas, saraus, apresentações culturais, revelando sujeitos até antes imperceptíveis. Para tanto, uma Universidade Antirracista precisa trilhar caminhos rumo ao avanço de políticas públicas de acesso e permanência, à ruptura do silêncio e da negação do racismo, à mudança de postura dos professores, à ruptura de ideologias elitista e brancas e à conscientização da gestão com relação à pauta da negritude.

Para a efetivação de uma mudança de pensamento e atitude nos espaços acadêmicos, é necessário adotar práticas antirracistas, desnaturalizando falas preconceituosas, dialogando em sala de aula, pesquisado e trazendo à tona os protagonistas dessa temática, ou seja, as próprias pessoas negras, para que, assim, juntos possamos construir políticas internas nas instituições de acesso e permanência na universidade. Daí a importância dos diálogos realizados pelo *podcast*, pois, por meio dessas rodas de conversa, compreende-se como se estabeleceu a ordem racista que estrutura a sociedade de forma ideológica, moldando o imaginário social. Nessa esteira, conversar sobre essas temáticas nos torna conscientes e responsáveis para combater práticas racistas

Nossas análises, ainda em processo, identificaram que a UVA Antirracista ainda precisa ser construída. Esperamos transformar o modo de produzir conhecimento reconhecendo outros saberes que até então, ainda em pleno século XXI, são invisibilizados pelo rigor acadêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo é um sistema de crenças, atitudes e práticas que atribuem diferentes valores e tratamentos a indivíduos com base em sua raça ou etnia. É uma forma de discriminação que afeta pessoas de várias origens raciais e étnicas em todo o mundo. O racismo pode se manifestar de várias maneiras, desde preconceitos sutis até formas mais explícitas, como discriminação institucionalizada.

A partir da relação dialógica que estabelecemos com o coletivo Levante da Juventude Popular: negros e negras da UVA, podemos concluir que, para a efetivação de uma mudança de pensamento e atitude nos espaços acadêmicos, é necessário adotar práticas antirracistas, desnaturalizando falas preconceituosas, dialogando em sala de aula, pesquisando e trazendo à tona os protagonistas dessa temática, ou seja, as próprias pessoas negras, para, assim, juntos, construirmos políticas internas nas instituições de acesso e permanência da universidade

O empoderamento negro dentro da universidade depende não só do acesso (cotas). As cotas são apenas a porta de entrada. O sujeito, ao afirmar sua identidade, precisa ultrapassar vários obstáculos para conseguir levantar sua voz e dizer como gostaria de ser incluído nesse espaço

universitário de forma efetiva. Os coletivos têm facilitado esse movimento, pois, se, individualmente, é impossível conquistar espaços, em conjunto, os diferentes sujeitos com objetivos comuns vêm realizando um conjunto de ações que contribuem para o processo de construção de uma universidade mais democrática, inclusiva e antirracista.

A universidade deve proporcionar projetos não só em datas, como no dia 20 de novembro, mas em todo os semestres, com o intuito de propor conhecimento sobre o tema, roda de conversas, palestras direcionadas e expectativas sobre termos antirracistas. Além disso, deve sanar as dúvidas que os alunos possam ter sobre o tema e desenvolver atividades voltadas para o antirracismo, abrangendo também outros sujeitos, como os funcionários da universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo financiamento dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2022.
- DIBBERN, Thais Aparecida. *A educação em direitos humanos no ensino superior: uma análise do compromisso social da universidade pública sob a perspectiva da produção e disseminação de conhecimentos*. Limeira: [s. n.], 2019.
- FALS BORDA, Orlando; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Investigación Participativa*. Montevideo: La Banda Oriental. 1987.
- FERREIRA, J. M. P. *Colonização/decolonização do conhecimento no currículo: análise das questões étnico- raciais no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA*. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2023.
- FLICK, U. Entrevista Episódica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-136.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GUEVARA, Che Ernesto. *Título de doutor honoris causa da Universidade de Las Villas em Santa Clara*. Cuba: [s. n.], 1959. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/09/que-a-universidade-se-pinte-de-povos/>
- INEP. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2021*. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- PEIRANO, Mariza. *O dito e o feito: ensaios de Antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- PEREZ, Olívia C. Surgimento e atuação dos Coletivos que discutem clivagens sociais. *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, v. 3, p. 2017, 2017.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos plurais).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. *A importância das cotas raciais e sociais no Brasil [recurso eletrônico]: uma reparação histórica necessária: relatório técnico com os dados apresentados no debate / Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência*. São Paulo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2023.

WALSH, C. *(De)Construir la Interculturalidad: consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros em el Ecuador*. Quito: UASB, 2002. Disponível em: <http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/363/File/PonenciaLima1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 115-142.